

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

TIC Y EDUCACIÓN

O uso de TICs nas universidades públicas brasileiras. A experiência da Universidade Federal de Alfenas - MG

Paulo Romualdo Hernandez¹;
Marcelo Lacerda Rezende²; Maria
Lúcia Queiroz Guimarães
Hernandes³

¹ Universidade Federal de Alfenas MG. Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, CEP 37130-000 Alfenas, MG.
paulo.hernandes@unifal-mg.edu.br

² Universidade Federal de Alfenas MG. Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, CEP 37130-000 Alfenas, MG,
marcelo.rezende@unifal-mg.edu.br

³ Universidade Federal de Alfenas MG. Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, CEP 37130-000 Alfenas, MG.
mluciaguima@yahoo.com.br

Início de Navegação

Um dos graves problemas com EAD no Brasil é que ela tem objetivado, sob a ótica do Estado, suprir a educação regular, escolar, sobretudo para jovens e adultos que não tiveram oportunidade em ter escola no tempo apropriado ou, atualmente, na entrada do Brasil no mercado globalizado, ela tem sido vista como um mecanismo que se aproveita das tecnologias de informação e comunicação para, de modo rápido e quantitativo, resolver o problema da falta de formação escolar dos trabalhadores brasileiros ou da falta de professores licenciados em algumas áreas específicas do conhecimento. A educação a distância não tem sido vista pela maior parte dos professores, sobretudo do ensino superior, como uma modalidade de educação que se aproveita das novas tecnologias, como rádio, televisão e principalmente a Internet para transmitir, transformar e perpetuar a cultura, objetivo essencial da educação. O que se tem percebido é a constituição em EAD de um material didático rígido que não possibilita problematização, questionamento por parte do educando, não possibilita o que é essencial para uma educação total, o diálogo. Infelizmente, em alguns casos a EAD funciona como uma espécie de revista digital, com textos, exercícios, e um tutor para corrigir o exercício, com certo ou errado, e nada mais.

Se não for possível o diálogo na comunicação, em EAD, se o pai do discurso ficar de um lado do espaço do saber, do outro lado do espaço virtual e os educandos do outro, como se a educação fosse feita pela “máquina”, então, certamente, a educação a distância tornar-se-á algo que não libertará, no sentido freireano de educação, os sujeitos da educação, educador-educando, educando-educador.

Um típico exemplo dessa forma de utilizar as TICs são as Telessalas, um processo de ensino, não educativo, do Telecurso 2000, transmitido por fita de vídeo, tendo um caderno para respostas a exercícios e um orientador para ajudar nas respostas. Isso é uma alternativa pedagógica para EAD? Não. Este formato de educação a distância não é na verdade dialógica, é apenas uma forma de a iniciativa privada aproveitar-se da omissão do Estado para vender seu produto e a ideologia da elite, como nos fala Haddad:

Há no uso das novas tecnologias educativas, sobretudo no caso do Telecurso uma lógica perversa, no meu entender. As indústrias, exigem escolaridade de seus empregados para mantê-los empregados, estes não têm tempo, ou recursos, ou escolas públicas que ofereçam a modalidade de que precisa, então, sob o risco de perder o emprego encontram no Telecurso e nos exames supletivo uma forma rápida de conseguir seu objetivo, mas ledor engano, na verdade caem na armadilha do mercado, além de não ser assim tão rápido, também não

é barato, pois se a televisão é de graça, os cadernos de exercícios não são e estão dando muito lucro para as editoras das emissoras transmissoras desses programas. Além disso, outros que não conseguem acompanhar as aulas dos Telecursos, ingressam nos cursinhos preparatórios para os exames supletivos, que chegam a oferecer diplomas de ensino médio em três meses⁴.

Muitas vezes, são por estas questões postas acima, e com razão, que professores resistem à ideia de utilizar as tecnologias virtuais⁵, *on line*, para a educação. Alguns não querem nem ouvir falar em educação a distância, não conseguem ver na Internet uma possibilidade mínima sequer para o ensino-aprendizagem. Esta mesma resistência apareceu quando do surgimento do cinema, sobretudo, do uso desse veículo de massas para propaganda de governos ditatoriais. Benjamim classificou o cinema de uma arte sem aura, reprodutora das ideias da classe dominante, que, diferente do teatro, não permitiria interação, ir além da imagem estática na tela. No entanto, o cinema, apesar de ter essa característica de propagar as idéias da classe dominante, o que pode também acontecer com o teatro, democratizou a informação e a comunicação. Da mesma forma a televisão. O mesmo acontece com o uso de tecnologias de informação e comunicação para a educação da modalidade a distância, possibilitando uma maior democratização do ensino formal. Talvez, o que deve ser criticado é o mau uso das tecnologias de informação e comunicação, tanto no cinema, televisão, e não as próprias tecnologias.

No ensino superior, após a LDB de 1996, que inclui a modalidade de educação a distância entre seus artigos, o artigo 80, com a lei de regulamentação da Educação modalidade a distância inclusive para ensino superior até na Pós-Graduação *strito sensu*, a criação da SEED, secretaria de Educação a distância e, principalmente, para o ensino superior a criação da Universidade Aberta do Brasil, UAB, um organismo que congrega, organiza, financia a educação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação nas instituições públicas de ensino superior, as IFES, possibilitando educação a distância interativa, mais e mais professores, coordenadores de cursos estão aderindo a essa modalidade de ensino que tem, ainda nesse início, procurado aprender a promover cursos mediados pelas TICs com a qualidade das instituições públicas de ensino superior brasileiras, caso da Universidade Federal de Alfenas, MG, em municípios e para professores que jamais teriam a possibilidade de acesso na modalidade presencial.

⁴ HADDAD, Sérgio. Escolarização de jovens e adultos in: *Revista Brasileira de Educação* N14 Rio de Janeiro Maio/Ago, 2000, p. 114

⁵ O termo a distância tem ganhado, e com razão, uma conotação pejorativa e educação em que o estudante, cursista, aluno, não tem contato com o professor. Em alguns caso é isso mesmo que acontece, professores desenvolvem seus produtos de educação, depositam na rede e desaparecem. Isto não é educação mediada pelo computador, pela internet que temos em mente.

1. História crítica do uso de tecnologias de informação e comunicação no Brasil

A educação a distância no Brasil é antiga. Talvez a primeira carta escrita no Brasil pelo escrivão Pero Vaz de Caminha possa ser considerada educação a distância? As cartas dos jesuítas também não poderiam ser consideradas educação a distância? Afinal, a partir delas se transmitiu, transformou e perpetuou a cultura brasileira, objeto próprio da educação. Mas, para não entrarmos em discussões interessantes, mas que não caberiam aqui, estabeleço como a primeira possibilidade no Brasil de educação a distância, a data de 1922, quando Roquete Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, para a difusão via rádio da educação. O país iniciava sua preocupação com propiciar educação para as classes populares, principalmente, utilizando os meios de comunicação de massa.

Em 1941, foi criado o Instituto Universal Brasileiro, que passou a oferecer cursos livres a distância. Rádios Educativas foram criadas, inclusive o Sistema de Rádio Educativa Nacional, SIRENA, em 1957. Surgiriam também as escolas radiofônicas do MEB, dos MCPs, o projeto Minerva, dos tempos da ditadura militar. A Lei de 1971, 5.692 no artigo 25, § 2 que já referia que os cursos supletivos poderiam ser ministrados em classes ou utilizando-se de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que pudessem permitir um maior alcance de maior número de alunos.

Mas, a LDBEN 9394/96, atualmente em vigor, criou os instrumentos legais para a legitimação do Ensino a Distância, no artigo 80, que trata especificamente desse ensino, regulamentado pelo Decreto nº 5.622, de 2005. O conceito de EAD, nesse decreto, é entendido, conforme o artigo 1º como uma forma de ensino de auto-aprendizagem, o que nos faz ver que era preciso caminhar muito ainda na direção de uma educação a distância interativa entre professores e estudantes.

Não é novidade para a educação (sobretudo de adultos) o uso de tecnologias de comunicação para educação a distância, principalmente aquelas que têm como objetivo a comunicação em massa. A educação a distância no Brasil, até o início do governo Lula, esteve quase sempre relacionada a educação popular, não de elite, e de adultos que não puderam ter escolaridade regular. Com o Estado querendo resolver o problema da educação de forma apenas paliativa, utilizando muitas vezes as tecnologias educativas para não cumprir com uma tarefa que era de responsabilidade sua. Mas, houve também no Brasil momentos em que tecnologias educativas possibilitaram educação a distância revolucionária, interativa, com o povo, principalmente nos anos do governo João Goulart. Neste período, contando inclusive com o maior educador brasileiro de todos os tempos, Paulo Freire, programas de rádio eram desenvolvidos pelos educadores e transmitidos pelo Sistema de Rádio Nacional, e, nas comunidades, monitores e a comunidade debatiam presencialmente o que tinha sido veiculado pelo rádio tanto do ponto de vista dos ensinamentos formais quanto discussões políticas, éticas.

Nos anos duros da ditadura militar, de 1964 a 1984, as tecnologias de informação e comunicação foram utilizadas como forma de garantir e propagar a ideologia da classe dirigente. Programas de rádio que veiculavam ensinamentos formais e moralizantes e que avaliavam a aprendizagem por meio de exames supletivos. Os exames supletivos, como política educacional, apoiavam-se em uma tese geral; os exames existiram e sempre existirão, assim, para não parecer que não se tratava de um processo educativo, aliavam-se aos meios de comunicação e a Radiobrás transmitiria a partir de 1973 o programa Minerva (chamado pela população de programa “Me Enerva”, por tomar lugar nas rádios dos programas de interesse do povo) que perdurou até 1983. Em 1978, foram ao ar, agora aliado às empresas privadas, as primeiras transmissões do Telecurso 2º grau, produzido por Roberto Marinho em convênio com a Fundação Padre Anchieta. Em 1981, foi a vez do Telecurso 1º grau.

Nos nossos dias, de volta à democracia, na televisão são conhecidas algumas formas de educação em massa feitas a distância, que são na verdade formas de o governo se livrar da sua tarefa constitucional, de educação para todos, de prover educação para jovens e adultos nas escolas públicas, principalmente do ensino Fundamental II e Ensino Médio. Programas muito bem produzidos, mas que comunicam, comunicam e comunicam conhecimentos sem que haja a menor possibilidade de discussão, debate, questionamentos. É a própria imagem do sistema capitalista reproduzido todos os dias nas novelinhas educativas. O Estado se utiliza deste caminho para propagandear a idéia que provê a educação, a escola para todos. O governo, as empresas promovem educação para quem quiser, basta comprar os livros nas bancas de revista e seguir as novelas educativas na TV. E, o que ensinam as novelinhas educativas do telecurso 2000? Ensinam como um bom operário, empregado, funcionário, secretária junior, devem agir no seu trabalho subjacentes, obviamente, em algumas lições sobre língua portuguesa, geografia, história, matemática, etc.

No dia 21 de Dezembro de 2007, a Rede Globo veiculou um “interessante” programa educativo do Telecurso 2000, sobre Língua Portuguesa. O programa tinha o sugestivo título “Cada Macaco no seu Galho” e ele abordaria, do ponto de vista da disciplina de Português, expressões idiomáticas:

Num escritório, um funcionário não está bem, mas com medo de sair para ir a um médico e deixar de fazer a tarefa sob sua responsabilidade ele se auto-medica, tendo uma síncope, desmaiando, paralisando todo o trabalho de alguns colegas que têm que levá-lo a um hospital. Daí para frente o programa vai se desenvolvendo sobre o tema das expressões idiomáticas e suas ideologias subjacentes, como por exemplo, o contínuo que levava e trazia notícias, um leva- e- traz, entre outras expressões idiomáticas que iam surgindo e sendo explicadas com uma certa marca de moralidades dos professores-atores.. No final, a secretária, eficiente e moralista, fará seu discurso de repressão ao rapaz que se auto-

medicou, dizendo que aquela atitude não fora correta, pois ele se fez de médico, coisa que ele não era, então, disse ela, cada macaco no seu galho, deixando bem claro o lugar de todos ali. Disse ainda que o fato dele se auto-medicar e passar mal no trabalho, além de atrapalhar o rendimento de todos os outros colegas que tiveram que atendê-lo, seria computado como um acidente de trabalho o que poderia atrapalhar a empresa com relação as certificações. O funcionário, sob o olhar moralista da secretária, sai da sala com os rabinho entre as pernas. E, assim termina mais um programa do Telecurso.

Este é um programa didático caricato e não educativo⁶, pois como se estivéssemos em uma sala de aula tradicional, que se utiliza da tecnologia de informação de massa, um professor (instrutor) desenvolve uma novelinha com aquilo que ele pensa ser certo, para ensinar seu alunos, sobre expressões idiomáticas e moral. O educando, tal qual um aluno tradicional, sem nada na cabeça, tem que ir assimilando aqueles conhecimentos, rapidamente, pois não pode contar com seus conhecimentos anteriores, nem sua experiência de vida. Ou seja, tem que memorizar que cada macaco no seu galho, assim como leva-e-traz, e outras expressões, são expressões idiomáticas. E daí? Assim, o educando adulto que por ventura assistiu ao programa, se for muito, mas muito ingênuo, deve ter aprendido, no máximo, que se auto-medicar pode trazer sérios problemas para ele e para a empresa. Além de que alguém que é um leva-e-traz não é produtivo e eficiente.

Um outro programa do Telecurso 2000, também de Português, a aula 06, parte 1, era sobre adjetivos e substantivos. Uma das questões era se uniforme era um substantivo ou adjetivo. Assim, a roupa utilizada no trabalho igual para todos é o uniforme, como uniforme pode ser a pintura bem feita. Concluiu-se que o uniforme pode ser tanto substantivo ou adjetivo.

Não se trata de excluir as novas tecnologias educativas da vida do educando adolescente, jovem e adulto, nem de excluir os jovens e adultos desse traço tão importante da cultura. Nada disso, as tecnologias educativas, sejam o rádio-educativo, com foi o caso do rádio-educativo nos anos 60, mas a televisão, o cinema, e sobretudo a internet, os sites de fóruns, debates, são hoje importantíssimos elementos de comunicação de nossa cultura e tem que estar incluída na educação de todos, principalmente para aqueles que menos acesso têm à educação formal. Desde que sejam educativos, isto é, desde que sejam produzidos com um caráter de levar ao espectador, ao educando uma forma de interatividade de proporcionar o diálogo. Que o programa, o curso, o faça refletir sobre aquilo que ele conhece, que vive, que experiencie em sua vida. Mas, que sobretudo o faça falar, comunicar-se também. As rádios-

⁶ Cf. RIBEIRO, Vera Marsagão (org). *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil- ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001

educativas dos anos 1960, a SIRENA, e os programas apresentados pelos Movimentos de Cultura Popular, do qual fazia parte Paulo Freire, eram interativos, os assuntos colhidos nas comunidades eram debatidos por intermédio da rádio SIRENA e da própria comunidade. Havia nas comunidades simulações teatrais dos aspectos apresentados pela Rádio, também círculos de cultura.

Esta tele-novela do telecurso 2000 contada acima, por exemplo, poderia muito bem servir para um ótimo debate sobre o significado ideológico de “cada macaco no seu galho”, sobre questões de saúde e emprego, sobre questões referentes a acidentes no trabalho, sobre dificuldades de se manter um emprego.

O espaço virtual, da internet, por exemplo, é um espaço democrático, já que todos podem conversar com todos sem preocupação com posição social, cultural, política, religiosa. Pode-se debater com quem nos acolhe em nosso espaço de saber e com quem quisermos acolher. Os fóruns de debates são mais democráticos que os espaços de sala de aula, pois todos podem participar sem se preocupar se estão ou não “abafando”, como muitas vezes é fator limitante na sala de aula. No ciberespaço o diálogo é de todos com todos.

2. A Educação a Distância e a Universidade Aberta do Brasil

Em 1986, já nos anos democráticos no Brasil, houve a iniciativa de se criar uma comissão de especialistas do MEC e Conselho Federal de Educação, para a viabilização de propostas em torno de uma *Universidade Aberta* no Brasil. Esta comissão foi coordenada pelo conselheiro Arnaldo Niskier e produziu um documento denominado *Ensino a Distância uma opção - proposta do Conselho Federal de Educação*. O projeto dessa Universidade Aberta se espelhava muito no modelo das Universidades Abertas, criadas no mundo na década de 1970, como a *Open University da Inglaterra*.

Em 1996, com a publicação da LDBen, 9394/96, o artigo 80, menciona a Educação a Distância: Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

Neste documento fica evidente a concepção de educação a distância como auto-aprendizagem e auto-didática pelos alunos. Não muito diferente da visão dos telecurso e exames supletivos. O professor deposita seu material em algum suporte

de mídia, ou atores fazem novelas com ensinamentos e os estudantes auto-aprendem para fazer um exame e conseguir o diploma. Ou seja, o exame e o diploma não são consequência do ensino-aprendizagem do aluno.

Em 21 de setembro de 2004, foi instituído o **Fórum das Estatais pela Educação**. O Fórum foi criado com o objetivo de desenvolver ações que buscassem potencializar as políticas públicas na educação promovidas pelo Governo Federal, especialmente pelo Ministério da Educação e pelas Empresas Estatais brasileiras, como o Banco do Brasil, os Correios, a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal. No dia 4/07/2005 o Fórum lançou o Projeto UAB, previsto para entrar em funcionamento em 2006, para a articulação e integração de um **sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental**. Segundo o secretário da SEED, a meta, a longo e médio prazo, seria “atender gratuitamente a todos os servidores públicos do Brasil”. O primeiro curso-piloto da UAB foi o de *Administração, uma parceria entre o MEC-SEED, o Banco do Brasil e Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior*. Inicialmente sete universidades foram selecionadas para atendimento a 3.500 alunos, aproximadamente (50% deveriam ser funcionários do Banco do Brasil e os demais da comunidade).

Uma das primeiras ações para consecução do Projeto, foi lançar o Edital n. 1 (20/12/2005), com Chamada Pública para seleção de pólos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na modalidade a distância para a UAB. 12 CEFET e 38 Universidade se apresentaram manifestando seu interesse na oferta de cursos a distância.

Mais de mil municípios entraram com a solicitação para se tornarem Pólos para oferta de cursos de graduação a distância. A demanda, porém, foi tão grande que a UAB decidiu expandir a oferta desse curso. Hoje, são 27 universidades envolvidas, atendendo a 10.000 alunos, aproximadamente.

Em Dezembro de 2005, o governo federal lança o decreto 5622 que regulariza a EAD no Brasil.

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Neste documento que regulamenta a educação a distância percebe-se o avanço na visão de que a educação a distância tem como diferença ser uma modalidade educacional que não é presencial e, sim, mediada por tecnologias de informação e comunicação, no mais, os processos de ensino e aprendizagem devem permanecer os mesmos.

A Universidade Aberta do Brasil foi criada pelo Decreto n. 5.800 (8/06/2006)

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Por meio da UAB, o MEC viria a coordenar a articulação entre as instituições públicas que já tinham cursos na modalidade a distância e outras que iriam iniciar esse trabalho, levando ensino superior de qualidade aos Municípios brasileiros que não tinham condições de oferta desses cursos na forma presencial, ou cujos cursos ofertados não eram suficientes para atender à demanda existente.

Trata-se, portanto, de uma *“rede” nacional formada pelo conjunto de instituições públicas de ensino superior em articulação com os Pólos Municipais de Apoio (presencial)*. Isso significa que a oferta de cursos não seria feita de maneira isolada por cada instituição, como vinha acontecendo até o momento, mas com Projetos Interinstitucionais, a partir da constituição de parcerias das instituições interessadas na oferta de determinado curso

Atualmente a SEED organiza e regula a oferta dos cursos, regula os pólos, e a UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL financia, organiza, congrega esforços, aprova cursos, pólos, a Capes organiza o sistema de bolsas dos tutores, professores, coordenadores de pólos. Os Institutos Superiores de Educação criam, promovem os cursos, por meio de órgãos internos, os EADs, CEADs, NEADs, que desenvolvem as tecnologias de informação e comunicação, dão suporte para os cursos, capacitam tutores, professores no uso de TICs, mediam a criação de material didático, os Polos de Apoio Presencial – nos Municípios – são responsáveis pelas tecnologias utilizadas

pelos alunos, pelos laboratórios pedagógicos, pelas bibliotecas e suporte para os alunos.

Experiência da Universidade Federal de Alfenas

Com a criação do CEAD, em 2005, a Universidade Federal de Alfenas iniciou seus trabalhos com a educação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação. Este início coincidiu com a expansão da universidade iniciada em 2001, quando deixou de ser Escola de Farmácia e Odontologia, EFOA, e tornou-se centro universitário. E, sobretudo, quando em 2005 tornou-se universidade, trazendo para a escola de farmácia e odontologia, entre outros cursos, várias licenciaturas.

Foi em 2007 que o Conselho Superior da universidade, não sem muitas resistências, aprovou a adesão à UAB. Foram Aprovados pelas instâncias de poder da Unifal-MG para serem veiculados por meio de tecnologias de comunicação e informação os cursos de Ciências Biológicas Licenciatura e de Química Licenciatura e da Especialização em Teorias e Práticas na educação, em 2007. Não sem muita resistência dos professores desses cursos que entendiam que a qualidade dos cursos mediados por tecnologias poderia não ser muito boa.

Estava previsto para iniciar o curso de Química Licenciatura em fevereiro de 2009, em quatro pólos, ou seja, em quatro municípios, mas apenas iniciou-se em Agosto de 2009 e em apenas um município, Campos Gerais, MG, pois os outros não conseguiram montar os laboratórios pedagógicos. O curso de Ciências Biológicas Licenciatura também deveria iniciar em quatro municípios, mas pelo mesmo motivo que Química Licenciatura, três municípios não conseguiram construir laboratórios pedagógicos de Biologia, tendo início o curso em apenas um pólo, o do Município de Boa Esperança, MG. O material didático dos laboratórios destes dois municípios foram adquiridos pela Capes/UAB. A Especialização em Teorias e Práticas na Educação iniciou-se nos cinco pólos determinados para tal, pois não tem laboratórios pedagógicos a serem construídos pelos municípios. Fica evidente um problema que está barrando o desenvolvimento da educação a distância, a construção dos laboratórios pedagógicos pelos municípios de cursos como Física, Química, Biologia, e que, infelizmente, tratam-se de licenciaturas que mais necessitam professores na rede básica.

A EAD na UNIFAL tem como ferramentas essenciais para seu funcionamento o Ambiente Virtual de Aprendizagem, no caso a Plataforma desenvolvida pelo CEDERJ, espaço virtual em que os professores propõem suas atividades, seja textos para

leituras, fóruns, atividades, imagens, vídeos. Ambiente em que interagem com seus alunos por meio de e-mails, salas de conferência, fóruns. Ambiente com que os tutores a distância acompanham o desenvolvimento dos estudantes por meio da participação nos fóruns, atividades, e-mails, salas de conferência e também salas de tutoria. Há ainda material impresso, livros didáticos, que têm um *design* instrucional apropriado para educação a distância. Também, sala de webconferência na RNP para interagir com os alunos e essa interação fica gravada para os alunos poderem rever. Têm também vídeoaulas gravadas em DVD.

A EAD tem alguns atores específicos, que não têm na modalidade presencial. Inicialmente, equipes de tecnologia, que são professores conhecedores de EAD, parte deles do curso de Ciência da Computação da UNIFAL-MG e que cuidam do desenvolvimento e dos problemas das tecnologias de comunicação e informação. Os coordenadores da UAB, que cuidam da relação da UNIFAL-MG com a UAB, das novas propostas de cursos, de financiamentos desses cursos. Coordenador do CEAD, responsável pelo desenvolvimento da EAD na instituição, que cuida do funcionamento das TICs, dos cursos e da relação da universidade com a EAD, e da relação da universidade com o SEED e com os órgãos de regulamentação do MEC. Coordenadores de curso, que além das atividades normais dos curso, são responsáveis pelo desenvolvimento dos cursos mediados pelas tecnologias de informação e comunicação, da seleção de professores para trabalharem nessa modalidade específica, das relações professores-alunos e juntamente com os coordenadores de tutoria das relações tutores-professores. Professores conteudistas e pesquisadores, professores que desenvolvem o conteúdo para a EAD, para ministrar aulas, que acompanham de forma geral o trabalho do estudantes e de forma individual o trabalho dos tutores. Coordenadores de tutoria que cuidam dos trabalhos do tutores, da relação dos tutores entre si, com os estudantes e com os professores. Tutores a distância, que estão na Universidade e cuidam individualmente da aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes e que se relacionam diretamente com os professores e os tutores presenciais que estão nos pólos e têm um contato mais efetivo com os alunos, cuidando das dificuldades dos estudantes com relação ao ambiente virtual, ao material impresso, ao material didático em geral, além de preparar as atividades presenciais.

Os cursos da UNIFAL-MG iniciaram-se em Agosto de 2009, pois algumas ferramentas essenciais para o funcionamento da EAD, como por exemplo, o Ambiente Virtual de Aprendizagem, o Material Impresso, não estavam prontos, e os atores dessa nova forma de educação, o corpo tecnológico, os tutores a distância, os tutores presenciais, os professores não estavam capacitados. Na sua grande maioria, os professores e coordenadores dos cursos que aderiram ao EAD na UNIFAL-MG, nada ou pouco conheciam dessa modalidade de ensino e do uso de tecnologias de comunicação e informação. Tiveram uma capacitação para trabalhar com as tecnologias de

informação e comunicação, pois não tinham a menor familiaridade com a educação a distância.. Apesar dos tutores presenciais e a distância terem sido selecionados a “dedo” pelos coordenadores de tutoria, pelos coordenadores de curso, e por alguns professores que mais conheciam tecnologias e EAD, também apresentavam muitas dificuldades e tiveram uma capacitação para serem os mediadores entre alunos e professores.

Tivemos alguns problemas com essa difícil relação professor-tutor(es)-alunos. Segundo Oreste Preti os tutores, sobretudo a distância, deveriam ter a responsabilidade em acompanhar os alunos individualmente, sendo, inclusive, responsáveis pelas avaliações e retorno dessas avaliações. Afinal, são os tutores que acompanham os estudantes ao longo da aprendizagem. No entanto, na prática o que ocorria era os professores acompanhando os alunos de uma forma geral, e os tutores, sem uma capacitação nos conteúdos, apenas administrando a participação dos alunos no ambiente virtual, isto na Especialização. Como na graduação, tanto Química, quanto Biologia, o curso acontecia em apenas um pólo, os professores acompanharam quase que individualmente os alunos, como na educação presencial, deixando os tutores com tarefas mais de suporte, ou de monitoria. Já os tutores presenciais ficaram encarregados de facilitar a vida dos alunos no que diz respeito ao uso do ambiente virtual, a plataforma desenvolvida pelo consórcio Cederj, das universidades estaduais e federais do Rio de Janeiro.

Após um ano de desenvolvimento de cursos a distância, e para o início das próximas turmas tanto na graduação como na Especialização, o papel de cada ator da educação a distância fica mais clara. O Professor conteudista prepara o material adequado para o ambiente virtual, o material impresso. Participa dos chat, das webconferência diretamente. Avalia os fóruns e outras atividades dos alunos de modo geral. Capacita constantemente os tutores a distância, avalia o acompanhamento que os tutores a distância fazem aos alunos por meio dos retornos que esses tutores fazem nos fóruns, nas atividades, nas avaliações presenciais, na sala de tutoria. Os professores participam, quando é possível, de encontros presenciais nos polos.

Os tutores a distância, um (1) para no máximo vinte e cinco (25) alunos, acompanham os alunos individualmente.. Devem manter contato com o professor conteudista. Participem das webconferência, dos chats, mas sobretudo darem retorno aos alunos sobre os debates dos fóruns, atividades, avaliações.

Os tutores presenciais – atendem aos alunos em dúvidas de uso das tecnologias, mas também de conteúdo. Organizam os encontros presenciais e os estudos em grupo dos alunos nos Pólos de Apoio presencial.

Bibliografia

ALONSO, Katia Morosov. Avaliação da aprendizagem em EAD. Curitiba: IBPEX, 2002

ARAÚJO, Maristela Midlej Silva de. O pensamento complexo: desafios emergentes para a educação on-line em *Revista Brasileira de Educação* v12 n 36 set/dez 2007.

BARRETO, Raquel Goulard. A apropriação educacional das tecnologias da informação e da comunicação in *Currículo: debates contemporâneos*, Alice Casimiro Lopes, Elizabeth Macedo (organizadores). São Paulo: Cortez (Série cultura, memória e currículo, v. 2), 2002.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Tradução José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (obras escolhidas; v. 3).

_____. . *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (obras escolhidas v. 1).

FREIRE, Paulo (1982). *Ação Cultural Para a Liberdade e outros escritos*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____ (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Sérgio. Escolarização de jovens e adultos in: *Revista Brasileira de Educação* N14 Rio de Janeiro Maio/Ago, 2000

LÈVY, Pierre (1999) *Cibercultura* tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

PRETI, Oreste. *Fundamentos e políticas em educação a distância*. Curitiba: IBPEX, 2002.

_____. *Avaliação da Aprendizagem em Cursos A Distância: “Delegando Responsabilidade aos Tutores”?* em http://www.nead.ufmt.br/principal.php?area=producao_artigo&tipo_producao=3 visitado em 08/2008.

PULINO FILHO, Athail Rangel. Moodle um sistema de gerenciamento de cursos Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília, 2008.

RIBEIRO, Vera Marsagão (org) *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil- ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001. (Coleção Leitura no Brasil)